

ARTIGO

**ODONTOLOGIA E ACESSIBILIDADE PARA OS SURDOS:
UMA PESQUISA EXPLORATÓRIA**

**DENTISTRY AND ACCESSIBILITY FOR THE DEAF:
AN EXPLORATORY RESEARCH**

**ODONTOLÓGIA Y ACCESIBILIDAD PARA SORDOS:
UNA INVESTIGACIÓN EXPLORATORIA**

Ivony Tavares de Almeida¹
Débora de Souza Monteiro Dionísio²
Luiz Maurício Nogueira Nunes³

RESUMO

O presente estudo objetiva o esclarecimento de estratégias de inclusão e atendimento diferencial inclusivo para surdos. Parte de uma demanda atual que se dá pela falta de acessibilidade nas práticas odontológicas, uma vez que, para haver o êxito em um atendimento odontológico, faz-se necessária uma comunicação plena entre profissional e paciente. Analogamente, há um déficit no que diz respeito à inclusão da comunidade surda nos consultórios, devido à falta de representatividade da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), mesmo esta sendo considerada a segunda língua do Brasil. Desta forma, os surdos são impedidos de ter acesso aos direitos que lhe são próprios como, por exemplo, o direito à saúde. Portanto, é imprescindível um maior engajamento e posicionamento dos profissionais da odontologia, para que sejam capazes de proporcionar um atendimento mais humanizado a qualquer tipo de paciente.

Palavras-chave: acessibilidade; LIBRAS; odontologia; cirurgião-dentista; surdos.

ABSTRACT

This study aims to clarify inclusion strategies and inclusive differential care for the deaf. It is part of a current demand that arises from the lack of accessibility in dental practices, since, in

¹ Graduada em Odontologia pelo UNIFLU.

² Mestre em Odontopediatria pela São Leopoldo Mandic e Docente do curso de Odontologia do UNIFLU

³ Mestre em Odontologia em Saúde Coletiva pela FOP/UNICAMP e Docente do curso de Odontologia do UNIFLU. E-mail: luizmauricionunes@gmail.com

order for dental care to be successful, full communication between professional and patient is necessary. Similarly, there is a deficit with regard to the inclusion of the deaf community in offices, due to the lack of representation of the Brazilian Sign Language (LIBRAS), even though it is considered the second language in Brazil. In this way, deaf people are prevented from having access to their own rights, such as, for example, the right to health. Therefore, a greater engagement and positioning of dentistry professionals is essential, so that they are able to provide a more humanized service to any type of patient.

Keywords: accessibility; dentistry; LIBRAS; dental surgeon; deaf.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo esclarecer las estrategias de inclusión y atención diferencial inclusiva para los sordos. Es parte de una demanda actual que surge de la falta de accesibilidad en las prácticas odontológicas, ya que para que la atención odontológica sea exitosa es necesaria una comunicación plena entre profesional y paciente. Asimismo, existe un déficit en cuanto a la inclusión de la comunidad sorda en las oficinas, debido a la falta de representación de la Lengua de Signos Brasileña (LIBRAS), a pesar de que es considerada la segunda lengua en Brasil. De esta forma, se impide que las personas sordas tengan acceso a sus propios derechos, como, por ejemplo, el derecho a la salud. Por ello, es fundamental un mayor compromiso y posicionamiento de los profesionales de la odontología, para que sean capaces de brindar un servicio más humanizado a cualquier tipo de paciente.

Palabras clave: accesibilidad; LIBRAS; odontología; cirujano dentista; sordos.

1- INTRODUÇÃO

Em toda a história, as relações sociais têm como base a comunicação. Este fato está intimamente relacionado com a luta pela sobrevivência da humanidade, através da busca de conhecimentos para expandir-se e dominar o mundo (OLIVEIRA; COSTA; CELINO, 2014). A comunicação completa entre dois indivíduos é extremamente necessária para que a mensagem seja passada de forma plena e clara.

Na área de saúde, a dificuldade e o grande desafio em atender a comunidade surda se caracterizam pela barreira comunicacional (OLIVEIRA, 2019), fato que acontece pela falta de conhecimento da Língua Brasileira de Sinais por parte dos profissionais. Em se tratando da comunidade surda, tal barreira pode comprometer a interação do usuário com o profissional, impedindo (ou pelo menos dificultando) o seu livre acesso à saúde básica, como uma simples consulta, por exemplo.

Essa realidade está relacionada ao modo como a sociedade ainda enxerga o surdo. Para Strobel (2008), a maior parte das pessoas, incluindo os profissionais de saúde, deixa de lado as necessidades e características dos surdos, muitas

vezes categorizando-os como deficientes. Sendo assim, o sujeito surdo tem que se enquadrar numa realidade que não lhe convém, desrespeitando suas singularidades.

A insistente luta da comunidade surda para que a Língua Brasileira de Sinais ganhe o devido destaque tem alcançado evidência. Mas é notável que a sociedade não tem ciência do que é LIBRAS e o que ela representa (SILVA; SÁ, 2018). Trata-se da segunda língua oficial do Brasil e foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas a partir de 2002, através da Lei nº 10.436 (BRASIL, 2005).

Em relação à odontologia a realidade não é diferente. A maior parte dos cirurgiões-dentistas desconhece a LIBRAS e também não há intérpretes suficientes disponíveis, o que acaba comprometendo a assistência à saúde bucal do surdo que procura atendimento, ou até mesmo reprime a busca (OLIVEIRA; COSTA; CELINO, 2014), negligenciando, assim, auxílio a essas pessoas que, como todas as outras, necessitam de atendimento odontológico.

Tendo em vista a comunicação como meio necessário para a relação entre dentista e paciente, o objetivo do presente artigo é ressaltar a necessidade da inclusão e da acessibilidade para a comunidade surda, trazendo sensibilidade aos atuantes na área da saúde bucal. É inegociável que essas pessoas tenham a devida atenção.

Sendo assim, este estudo ocupa-se em discutir, através de uma revisão de literatura resultante de pesquisa exploratória, a importância da inclusão e acessibilidade para surdos em ambientes odontológicos, destacando meios e soluções que melhorariam ou, ao menos, facilitariam o atendimento ao sujeito surdo.

2- MATERIAIS, MÉTODOS E RESULTADOS

Devido à novidade do tema e a escassez de material, optou-se por um trabalho de pesquisa exploratória, feito a partir de pesquisas com as palavras-chave Acessibilidade, Libras, Odontologia, Cirurgião-Dentista e Surdos na plataforma on-line Google Acadêmico, sendo utilizados materiais em português e em espanhol. Não foram utilizados somente textos acadêmicos, mas todos os

achados com publicação entre 2000 e 2020.

2.1-LEITURA INTERPRETATIVA DOS RESULTADOS

Ao final da exploração, pôde-ser perceber que os trabalhos relacionados ao tema ainda são escassos e os achados convergem para um mesmo lugar, ou seja, chamando atenção sobre a problemática da dificuldade no acesso da comunidade surda aos ambientes odontológicos devido à imensa barreira de comunicação entre o profissional e o paciente portador de deficiência auditiva.

2.1.1-História do surdo

A história dos surdos é tão antiga quanto a história da humanidade. Antigamente, havia a crença de que os surdos não eram capazes de adquirir conhecimento, o que os impedia de exercer funções simples do dia a dia (SILVA; SÁ, 2018).

Aristóteles, pensador e filósofo da antiguidade, afirmou que: "... todos os que nascem surdos também são mudos, mas podem emitir voz, sendo totalmente privados da palavra", e "os cegos são mais inteligentes que os surdos", porque para ele o aprendizado "entrava" por um dos órgãos do sentido, e a audição era o mais importante deles. Dessa forma, por muitos anos, os surdos foram considerados não educáveis (DUARTE *et al.*, 2013).

Como pressuposto, a história da comunidade surda sempre foi acompanhada de preconceitos, lutas e entraves sociais que os impediam de ter, querer ou poder, pois eram dependentes das vontades de terceiros e, também, reféns da linguagem oral. Isso refletia em todas as áreas de sua vida, como educação, relacionamentos, saúde, entre outros.

2.1.2-Surdo X surdo-mudo X deficiente auditivo

Na história é possível ver que, por muito tempo, o surdo era considerado "surdo-mudo" ou, mais comum, "mudo". Mas, com o passar do tempo, os médicos e educadores observaram que essas nomenclaturas eram inadequadas, já que, após vários estudos, chegaram à conclusão de que o aparelho fonador do sujeito surdo, assim como do ouvinte, não estava

comprometido. Sendo assim, o termo “deficiente auditivo” se tornou o mais correto a ser utilizado (HONORA; FRIZANCO, 2010).

No âmbito da medicina, o termo “surdo” é utilizado quando o indivíduo tem surdez profunda. Quando se fala em surdez leve ou moderada, é utilizado o termo “deficiente auditivo”. Porém, para a comunidade surda, todo aquele que é usuário da LIBRAS e é pertencente a tal é “surdo” (HONORA; FRIZANCO, 2010).

2.1.3-História do surdo em encontro com a história da LIBRAS

Ainda no contexto da antiguidade, surge um pioneiro que credibilizou a capacidade do surdo de aprender: Girolano Cardamo. Para isso, ele se dedicou a um método de aprendizagem através de figuras (SILVA; SÁ, 2018). Pedro Ponce de León (1520-1584), líder religioso da Espanha, também foi de grande importância para o desenvolvimento de um método de fala para os surdos. O mesmo, na época, foi procurado por nobres que queriam ajuda para que seus filhos surdos fossem reconhecidos na sociedade e pudessem receber as heranças familiares.

Através de Pedro Ponce de Leon, surgiu Juan Pablo Bonet que, em 1620, publicou o Alfabeto de Pedro Ponce de León, na Espanha, chamado de “Redução das letras e a arte de ensinar a falar os mudos” (LIMA *et al.*, 2004).

No Brasil, a linha do tempo da LIBRAS se iniciou em 1856, quando Ernest Hurt desembarcou no país, mais especificamente no Rio de Janeiro, trazendo a língua de sinais da França. No ano seguinte, em 1857, surgiu a primeira instituição, hoje chamada de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) (CADEIRA LIBRAS, 2014).

Em 1991, em Minas Gerais, entrou em vigor a Lei N° 10.379 (LEIS ESTADUAIS, 2005, on-line) dando destaque a Língua Brasileira de Sinais. Em 2002, a LIBRAS se torna a língua oficial da comunidade surda no Brasil, sendo estabelecida também como a segunda língua do país, através da Lei N° 10.436. As conquistas não pararam por aí, pois em 2006, 2008 e 2013, respectivamente, foram formadas turmas de licenciatura, bacharelado e especialização em LIBRAS (CADEIRA LIBRAS, 2014).

O atual alfabeto em libras é composto por 26 letras, assim como o

alfabeto da Língua Portuguesa. Cada letra com seu sinal próprio. Além das letras, a LIBRAS também é composta de sinais que formam determinadas palavras. É importante ressaltar também que, assim como a língua falada, cada país tem a sua própria língua de sinais. Nos Estados Unidos, por exemplo, é chamada de Língua de Sinais Americana/*American Sign Language* (ASL), ou seja, a LIBRAS é especificamente do Brasil (HONORA; FRIZANCO, 2010).

2.1.4-Encontro do surdo com o ambiente odontológico

Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 o Brasil contava com cerca de 10 milhões de pessoas surdas, o que equivale a 5% da população brasileira (IBGE, 2010). Diante desse número expressivo, é justo que haja preocupação em relação aos cuidados com essas pessoas que têm limitações para desempenhar suas atividades. Sendo assim, a assistência e acessibilidade em consultórios odontológicos são imprescindíveis.

A comunicação é requisito mínimo para um bom atendimento odontológico, devido a necessidade de entender a queixa do paciente assim como explicar o procedimento a ser realizado. A anamnese, que muitas vezes é negligenciada pelos profissionais, tem grande valia na avaliação do histórico do paciente, sendo fundamental para analisar o quadro geral de sua saúde, determinando a conduta clínica a ser utilizada.

Como exemplo, pode-se citar a escolha do sal anestésico que será utilizado antes de um tratamento odontológico. Este procedimento não pode ser realizado no paciente sem o conhecimento do seu estado clínico prévio. Se o profissional não está capacitado para se comunicar com o indivíduo surdo, conseqüentemente não será capaz de realizar o atendimento cumprindo todos os requisitos básicos para tal.

Analisando sob e mesma perspectiva, sem sair do ambiente odontológico, para realização de um correto diagnóstico, o profissional precisa de uma série de informações, sendo necessário que o paciente se expresse e indique o que ele está sentindo e de que forma isso está interferindo em seu dia a dia a ponto de fazê-lo procurar um dentista.

Então, como deve ser feito o atendimento ao portador de deficiência

auditiva? Talvez uma opção seja solicitar que o paciente se expresse de forma escrita, numa folha de papel. Mas é importante ressaltar que nem todos os integrantes da comunidade surda dominam a Língua Portuguesa ao ponto de se fazer entendível a um ouvinte pela forma escrita. Várias técnicas podem ser implementadas nessa comunicação, porém sem garantia de eficácia para a transmissão de um conhecimento em saúde (RODRIGUES JÚNIOR, 2017).

Ainda seguindo a linha de requisitos profissionais, no Código de Ética Odontológico aprovado pela resolução do Conselho Federal de Odontologia (CFO) – 118/2012, consta ser dever profissional “zelar pela saúde e pela dignidade do paciente”, previsto no Cap. III Art. 9º, VII (CFO, 2012). Desta forma, o profissional precisa estar preparado para atender a população sua totalidade, incluindo aqueles com surdez.

Sendo assim, o objetivo de zelar pelo paciente não pode ser alcançado quando não é estabelecida a comunicação plena. Analisando todo o histórico social da comunidade surda, a dignidade desses indivíduos está associada à luta pelo espaço de fala. Assim, não é possível zelar pela dignidade de um paciente e, em contrapartida, não ter o devido cuidado ao entendê-lo.

Proporcionar algo digno a um paciente vai muito além de apenas produzir uma boa reabilitação oral, estética ou funcional. No caso de pacientes com surdez, a dignidade está ligada à equidade em relação a um paciente que não possui barreira de comunicação na forma oral, sendo necessário criar métodos para superar essa barreira na comunicação.

A equidade em saúde se refere “... ao direito de todos e dever do Estado em assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde”. Na Lei 8.080/90 é “a igualdade de assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie” (SCOREL, 2009). Observando através dessas definições, não é possível afirmar que o paciente surdo é tratado de forma justa e com equidade em um ambiente que não tem os meios necessários para entendê-lo.

Voltando ao Código de Ética Odontológico, já citado anteriormente, no capítulo IV, seção I (ao paciente), ao que se caracteriza infração ética: “deixar de esclarecer adequadamente os propósitos, riscos, custos e alternativas de tratamentos” (CFO, 2012). Tendo como base que, para se ter um bom atendimento, é necessário ter uma comunicação plena, é necessário deslindar

todos os processos de um tratamento, e isso só é viável através de uma comunicação clara.

As questões abordadas acima estão de acordo com o estudo de Pereira et al. (2017), que comprovou a dificuldade encontrada pela comunidade surda quando o assunto é o acesso às informações necessárias para uma boa saúde bucal e atendimento odontológico. Neste trabalho foi possível observar que apenas 30% dos pacientes com deficiência auditiva afirmaram entenderem completamente as instruções passadas pelo cirurgião-dentista durante o atendimento, enquanto 70% dos pacientes acharam que o profissional não estava capacitado para atender um paciente com deficiência auditiva.

Este trabalho ocupou-se em mostrar a vulnerabilidade do indivíduo com surdez e sua perspectiva frente à necessidade de atendimento odontológico. A tomada dessa medida tem como objetivo mostrar a carência na acessibilidade aos surdos. É imprescindível que haja um avanço nessa área tão pouco explorada. Para Chaveiro e Barbosa (2005) compreender o processo de inclusão social que é proposto hoje à sociedade exige conhecimento da história sobre como foram tratadas as pessoas com deficiências.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante aos dados apresentados, foi possível perceber um grande déficit quando o assunto é a acessibilidade e a inclusão do sujeito surdo nos consultórios odontológicos. O cirurgião-dentista, em sua grande maioria, não está apto a receber a comunidade surda para o atendimento, fato que precisa ser revisto não apenas enquanto profissionais e estarem sob um código de ética, mas também por fazerem parte de uma sociedade que necessita ser inclusiva.

A possível solução para minimizar o problema seria, em primeiro lugar, despertar o interesse dos cirurgiões-dentistas, até mesmo enquanto acadêmicos, na LIBRAS, através do estímulo de professores na academia, trazendo à tona discussões e debates que evidenciem o surdo como objeto de pesquisa. Uma solução secundária seria a contratação de um intérprete para auxiliar no atendimento sempre que necessário.

REFERÊNCIAS

BONET, Juan Pablo. **Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos**. Madrid: Francisco Abarca de Angulo, 1620. Biblioteca Digital Hispánica. Biblioteca Nacional de España. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmchx1b1> Acesso em: 31 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, Distrito Federal, 2005.

CADEIRA LIBRAS, agosto de 2014. Disponível em: <http://libraseartesvisuais.blogspot.com/2014/> Acesso em: 06 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. **Código de Ética Odontológico**. Disponível em: https://website.cfo.org.br/wp-content/uploads/2018/03/codigo_etica.pdf Acesso em: 09 abr. 2021.

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. **Rev. Esc. Enferm.** São Paulo, v. 39, n. 4, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/jWkbsrPtGBnkwZ6njsDPkz/abstract/?lang=pt> Acesso em: 20 mar. 2021.

SCOREL, Sarah. Equidade em saúde. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/equsau.html>. Acesso em: 10 nov. 2021.

DUARTE, Soraya Bianca Reis *et al.* Aspectos históricos e socioculturais da população surda. **Hist. Cienc. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/QkzPkkNgwTzG69wJKDzN66p/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 10 abr. 2021.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Amry Lopes Esteves. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultura, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 12 abr. 2021.

MINAS GERAIS. LEI Nº 10.379 DE 10/01/1991. **Reconhece oficialmente no Estado de Minas Gerais como meio de comunicação e de uso corrente a linguagem gestual codificada na língua brasileira de sinais - Libras**. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-10379-1991-minas-gerais-reconhece-oficialmente-no-estado-de-minas-gerais-como-meio-de-comunicacao-objetiva-e-de-uso-corrente-a-linguagem-gestual-codificada-na->

[lingua-bra-sileira-de-sinais-libras](#) Acesso em: 06 abr. 2021.

LIMA, Maria do Socorro Correia *et al.* **Surdez, bilinguismo e inclusão:** entre o dito, o pretendido e o feito. 2004. 271 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/185053/LIMA%20Maria%20Odo%20Socorro%20Correia%202004%20%28tese%29%20UNICAMP.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 31 mar. 2020.

OLIVEIRA, Tainara Bispo de. **Desafios dos surdos no atendimento nas unidades básicas de saúde:** revisão integrativa de saúde. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) - Curso de Enfermagem, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2019.

OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo de; CELINO, Suely Deysny de Matos; COSTA, Gabriela Maria Cavalcanti. Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos. **Physis**, João Pessoa, v. 25, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2015.v25n1/307-320/pt/> Acesso em: 12 abr. 2021.

PEREIRA, Rodolfo Macedo *et al.* Percepção das pessoas surdas sobre a comunicação no atendimento odontológico. **Revista Ciência Plural**, v. 3, n. 2, p. 53-72, 2017.

SILVA, Maria Isabela Freitas do Espírito Santo; SÁ, Tairine Range. **Ensino de geografia:** a utilização de recursos imagéticos na educação de surdos. 2018. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense campus Centro, Curso de Licenciatura em Geografia, Campos dos Goytacazes, RJ, 2018. Disponível em: <http://bd.centro.iff.edu.br/jspui/handle/123456789/2182> Acesso em: 02 abr. 2021.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos:** vestígios culturais não registrados na história. 2008. 176 f. Tese (Pós-Graduação) - Curso de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.